

"Recrutar e expandir": o caso Venezuela e a estratégia dos EUA para a região



» JULIANO DA SILVA CORTINHAS
Professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB)

A intervenção dos Estados Unidos na Venezuela traz maior instabilidade para as relações internacionais, em especial para a América Latina. Trump reposiciona os EUA no mundo e deixa claro que o país não irá mais pagar pelos custos de manutenção da ordem internacional. Essa estratégia foi iniciada em sua gestão anterior, mas agora o foco é o continente americano.

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS), publicada recentemente, deixa isso evidente a partir do “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, o qual estabelece que “recrutar e expandir” são os objetivos dos EUA para o continente americano. Os aliados dos EUA nas Américas serão recrutados para “controlar a migração, interromper os fluxos de drogas e fortalecer a estabilidade e a segurança”, enquanto a expansão significa reforçar a atratividade dos EUA “como o parceiro econômico e de segurança preferencial do Hemisfério”.

Assim, a NSS esclarece uma premissa que foi usada na intervenção da Venezuela: os EUA não respeitam mais o direito internacional; suas ações se guiarão exclusivamente pelo que a gestão atual considera ser o interesse nacional do país. A operação contra a Venezuela, nesses termos, não teve caráter ideológico, mas econômico/comercial. Maduro não foi retirado do poder

por sua inclinação ideológica ou por ser um ditador, mas porque se recusava a dar condições especiais para a compra de petróleo pelos EUA e o vendia também para China e Rússia. Essa nova estratégia gera repercussões para o equilíbrio de poder global, para os Estados Unidos e para os países latino-americanos.

Internacionalmente, o desprezo de Trump pelo direito internacional traz instabilidade e insegurança. Ao realizar uma operação claramente ilegal, os EUA enfraqueceram ainda mais as bases da ordem internacional cuja construção protagonizaram e que foi fundamental para o exercício de sua liderança. Tal atuação legítima ações semelhantes dos adversários estadunidenses que Trump diz querer conter.

Para os EUA, as consequências também tendem a ser negativas. O exercício de sua liderança será dificultado, pois um de seus principais instrumentos, o poder brando (baseado na atração de potenciais aliados), vem sendo abandonado. Há, ainda, possíveis consequências negativas para a democracia do país. Como os EUA não têm jurisdição sobre outros países, Maduro não pode ser julgado pelos crimes cometidos na Venezuela, mas somente por ações supostamente realizadas contra os EUA.

Além de ter sido ilegalmente preso, os Estados Unidos sequer parecem saber do que irão acusá-lo. Inicialmente, o Departamento de Justiça afirmou que Maduro liderava um cartel de drogas, mas depois alterou a acusação alegando que ele perpetuou uma cultura de enriquecimento a partir do tráfico de drogas. Se não forem apresentadas provas críveis, cabe perguntar: o juiz do caso terá autonomia para inocentar Maduro? Se isso ocorrer, qual a consequência? Uma das bases

fundamentais da democracia estadunidense é o sistema de freios e contrapesos, que assegura a autonomia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Se Trump forçar o Judiciário a condenar Maduro sem provas, haverá uma grave ruptura do sistema, aprofundando a crise democrática nos EUA.

Para a América Latina, as consequências da estratégia de Trump também são perturbadoras. Os países que não atenderem aos seus interesses estarão sujeitos a pressões econômicas ou a operações militares diretas.

O Brasil dificilmente sofrerá ação semelhante à da Venezuela. Temos alianças mais sólidas e maior capacidade de dissuadir uma operação militar, tanto pelo tamanho do território quanto pela nossa capacidade diplomática. Ainda assim, não estamos livres da ameaça de interferências. Em um ano eleitoral, o Corolário Trump pode levar a tentativas de influenciar o resultado das urnas.

Nesse cenário de aumento da instabilidade, o Brasil fica prejudicado, mas há meios de nos protegemos. Precisamos continuar confiando nos aliados tradicionais e diversificar parcerias, comportamentos que ampliam nossa capacidade de dialogar com os EUA, a exemplo do episódio do tarifaço. Uma das variáveis essenciais para a escolha da Venezuela como primeiro alvo no continente foi a vulnerabilidade decorrente do seu isolamento. Ampliar parcerias internacionais (com ênfase na região), aumentar a coesão interna, por meio de crescimento econômico e da redução da desigualdade, e fortalecer nossa democracia minimizam o risco de intervenções externas. Isso, porém, exigirá esforço conjunto do governo e da sociedade, tarefa que não parece fácil na atualidade.



G O M E Z

A ousadia de uma Lei Geral da Gestão Pública: proposta de novo pacto entre jurista e gestor



» CLARICE CALIXTO
Procuradora-Geral da União na AGU e doutora em direito

CELINA PEREIRA
Secretária-Adjunta de Transformação do Estado no MGI e doutora em ciência política

Brasil vive um momento histórico: a chance de discutir o papel do direito na construção de um Estado mais capaz, justo e efetivo. A proposta de uma nova Lei Geral da Gestão Pública quer aproximar o mundo das normas da realidade da administração e fazer do direito um viabilizador da ação pública.

O texto não reflete uma reforma administrativa tradicional: não aborda cargos, organogramas ou carreiras. Trata de algo mais profundo: o marco jurídico da gestão pública e a consolidação das políticas públicas como eixo condutor da ação estatal. O ponto de encontro entre a política, a gestão e as pessoas.

O Decreto-Lei nº 200, de 1967, moldou a administração moderna com a racionalidade que o país respirava à época, baseada em hierarquia, planejamento e controle. Mas também refletiu um contexto autoritário, em que eficiência e racionalidade se confundiam com rigidez e centralização.

Hoje, o Estado democrático precisa de um novo alicerce, que combine legalidade e simplificação, estabilidade e agilidade, participação social e integridade. Regra e propósito, enfim.

O projeto elaborado pela Comissão de Especialistas em Direito e Gestão Pública, instituída pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), partiu de uma inquietação compartilhada pelos dois órgãos e confirmada pela comunidade acadêmica e sociedade civil: de que o Estado brasileiro já não se reconhece no arcabouço jurídico atual, fragmentado e insuficiente para responder às tensões e exigências do século 21.

Diante desse diagnóstico, o grupo fez uma escolha consciente: propor uma lei geral estruturada a partir de princípios e diretrizes e, ao mesmo tempo, dotada de mecanismos concretos capazes de dar coerência ao ordenamento jurídico e orientação segura à ação estatal.

Mais do que a inauguração de um novo paradigma para a gestão pública, trata-se de um marco com força normativa efetiva sobre a atuação do Estado, capaz de transformar valores e fundamentos em prática cotidiana.

A proposta introduz novos institutos, como inovação pública, governança colaborativa e gestão por evidências. Consolida fundamentos como eficiência, transparência, integridade, foco em resultados e fortalecimento das capacidades estatais. E amplia o espaço interpretativo para que o direito estimule a ação pública e valorize as ideias inovadoras de servidoras e servidores, em vez de inibi-las.

As políticas públicas passam a ser o fio condutor desse novo arranjo, articulando os mecanismos de

gestão em torno de resultados que gerem valor público e fortaleçam a democracia. Nesse cenário, o direito figura como peça central da caixa de ferramentas para as ações do Estado, ao lado da tecnologia, das pessoas, da governança, do orçamento e dos instrumentos de gestão em geral.

O foco não é restringir o gestor, mas dar-lhe segurança jurídica para agir. Não é multiplicar normas, mas dar coerência e clareza ao que já existe. Não é insistir em excessos burocráticos, mas fortalecer as capacidades do Estado.

Com a entrega da proposta ao governo federal, inicia-se agora uma nova etapa: a de análise e aprimoramento técnico pelo Executivo, com rodas de diálogo com os demais Poderes, entes federativos, sociedade civil e academia.

É o início de uma transição que busca atualizar o direito administrativo e renovar o pacto entre o Estado e a cidadania, tendo as políticas públicas como eixo integrador entre o jurídico e a governança, entre o Estado e sociedade.

Porque o Estado que queremos não é apenas legal: é legítimo, transformador e próximo das pessoas. Porque governar, afinal, é transformar vontade política em ação pública — e isso só é possível quando o direito se torna instrumento de realização do interesse público e da própria democracia. Reconhecendo desigualdades e valorizando diversidades.

A proposta da Comissão de Especialistas não é uma panaceia. Mas é, sim, um passo firme para que o direito administrativo cumpra o papel que sempre deve ter: dar base e forma a um Estado que aprende, coopera e entrega.

O paradoxo da esquerda tradicional diante da Venezuela



» LUZ NEIRA PARRA
Membro da Associação Venezuelana de Pesquisadores em Comunicação (InveCom), jornalista e professora universitária

O dia 3 de janeiro de 2026 marcou um marco devastador na prolongada e profunda tragédia venezuelana. A operação militar culminou com a destituição de Nicolás Maduro do poder de uma revolução tão fracassada quanto sangrenta. Os Estados Unidos decapitaram e interromperam décadas de opressão e medo silencioso de sua população, mas também de destruição sistemática das instituições e do aparato produtivo de um país democrático. Enquanto os venezuelanos dentro do país prendiam a respiração, ainda sob a ameaça do regime que, embora ferido, mantém o controle das armas, dos territórios e do medo, os exilados comemoravam com emoção transbordante: lágrimas, alívio, incredulidade. Comemoravam porque, após anos de dor e exílio forçado, o ciclo de terror parecia abrir uma porta, ainda que frágil, para a esperança.

Em contrapartida, uma parte significativa da esquerda reagiu como sempre: revelando uma profunda divisão na esquerda latino-americana e global. Ela se pronuncia com o discurso anti-imperialista dos anos 1960, repleto de clichês sobre a intervenção dos Estados Unidos; solidariza-se com Maduro e o regime chavista, depois defende a soberania, que antes nunca defendeu, diante da presença forçada em território venezuelano de grupos armados colombianos e diante do controle do poder político por parte dos cubanos, e, por fim, se sobrar espaço, a consideração pelos venezuelanos, sem nunca mencionar que Maduro é um ditador sanguinário que roubou descaradamente as eleições de 28 de julho de 2024, embora Trump também não faça referência a esse fato tão transcendental para o país.

A tragédia humana voltou a ocupar o último lugar na hierarquia moral dos mandatários e intelectuais representantes dessa esquerda. Não se tratou de um debate estratégico ou de cautela prudente. Tratou-se de uma resposta quase reflexa, um automatismo doutrinário que prioriza manuais e mapas em detrimento de corpos concretos e sofredores. Esse padrão não é exclusivo da Venezuela. Ele se repete em Cuba e na Nicarágua, onde a repressão é relativizada diante do embargo; no Irã, onde as punições e a violência, especialmente contra as mulheres, desaparecem diante da narrativa antiocidental; em tantos outros regimes onde o carrasco correto ocupa o espaço adequado na geopolítica. A regra de ouro se mantém: se o opressor enfrenta os Estados Unidos, merece compreensão; se as vítimas coincidem com a narrativa do “inimigo”, devem esperar, calar-se, resistir em silêncio.

Não há ingenuidade nessas posturas. Que ninguém seja pego de surpresa. Também não podemos cair em ingenuidades políticas. Todos conhecemos, com rigor ou sem rigor, a história das intervenções americanas na região, os golpes de Estado e o caráter instrumental da política externa americana desde a Doutrina Monroe. Ninguém espera que Trump aja com altruísmo. O que Trump quer é o petróleo da Venezuela. Todos quebrem o petróleo da Venezuela. Ou será que a presença da China e da Rússia se deve à amizade com Maduro? São questões geopolíticas que sempre estarão presentes em uma mesa de negociações. No entanto, reconhecer isso não exige eliminar a solidariedade, amputar a emoção humana elementar do alívio diante da captura do déspota e reconhecer a enorme tragédia que sofre o corajoso povo venezuelano. Negar a alegria contida dos 8 milhões da diáspora, ignorar as lágrimas daqueles que recuperam por um instante a dignidade roubada, é substituir a ética por dogmas anti-imperialistas.

Durante anos, a esquerda confundiu análise crítica com anestesia moral. Protegeu teorias e manuais doutrinários acima de corpos torturados, defendeu princípios abstratos mais do que vidas concretas. Desenvolveu um “mas” sistemático: um “mas” antes de um abraço, antes mesmo de celebrar a possibilidade de alívio. A esquerda, em sua busca por coerência anti-imperialista, deixou de bater junto com as vítimas. E é aí que reside seu mais grave fracasso ético.

Na Venezuela, dentro do país, a comemoração continua contida. As pessoas medem cada gesto, cada palavra, porque o medo ainda pesa, porque a máquina de controle não desapareceu completamente. No exílio, porém, a reação é diferente: lá, a alegria explode, visceral e humana. Não por Trump, nem pelos Estados Unidos, nem pela legitimidade da operação, mas pela possibilidade de que o terror cotidiano comece a desmoronar e que, finalmente, os venezuelanos possam olhar para frente. Negar esse direito emocional, por dogma ou preconceito, é um ato de crueldade intelectual e moral.

Celebrar a esperança não significa ignorar a história, nem absolver nenhum ator; significa colocar a dignidade humana acima de abstrações, mapas e manuais. Significa, finalmente, voltar para onde a esquerda sempre deveria ter estado: ao lado do povo. Se não o fizer, perderá a autoridade moral que lhe permite falar em nome dos oprimidos e confirmará o que muitos sentem há anos: que a coerência doutrinária sem coração é simplesmente outra forma de abandono.

A história mostra que poucas ditaduras caem sem pressão internacional. O Chile, a Argentina e a Espanha confirmam isso. Exigir que um país submetido a anos de repressão consiga sua libertação sozinho é um luxo ético que a realidade raramente concede. Negar isso é transformar a pureza doutrinária em indiferença para com o sofrimento das vítimas.